

MONITOR FISCAL

Consultoria de Orçamentos,
Fiscalização e Controle – SF

Consultoria de Orçamento e
Fiscalização Financeira – CD



Janeiro/2018 (Dados de novembro/2017)



Desempenho Fiscal

União registra déficit primário de R\$ 97,2 bilhões até novembro de 2017, após a meta de déficit anual ter sido alterada para R\$ 162,0 bilhões pela Lei 13.480/2017. No âmbito do governo central, expectativas de mercado apontam para déficit anual de R\$ 156,7 bilhões, próximo do limite da meta de déficit de R\$ 159,0 bilhões constante da LDO vigente.

A. RESULTADO PRIMÁRIO EM 2017

R\$ bilhões

ESFERA	REALIZADO		META LDO		DIFERENÇA (B)-(A)
	EM NOVEMBRO	ATÉ NOVEMBRO (A)	ORIGINAL	ALTERADA (B)	
Setor Público Consolidado	-0,9	-78,3	-143,1	-163,1	-84,8
União	-0,5	-97,2	-142,0	-162,0	-64,8
Governo Central	-0,4	-96,3	-139,0	-159,0	-62,7
Empresas Estatais Federais	-0,1	-0,9	-3,0	-3,0	-2,1
Estados e Municípios	-0,5	18,9	-1,1	-1,1	-20,0

Fonte: Banco Central para valores realizados e Lei 13.408/2016 (LDO 2017), atualizada pela Lei 13.480/2017.

O resultado primário da União em novembro de 2017 foi deficitário em R\$ 0,5 bilhão. No ano, o déficit acumulado é de R\$ 97,2 bilhões. Entre componentes do resultado, destaca-se a participação do Regime Geral de Previdência Social (RGPS), que registrou déficit primário de R\$ 172,8 bilhões no período. Descontado o INSS, portanto, o resultado fiscal da União acumulado até novembro seria superavitário em R\$ 75,6 bilhões.

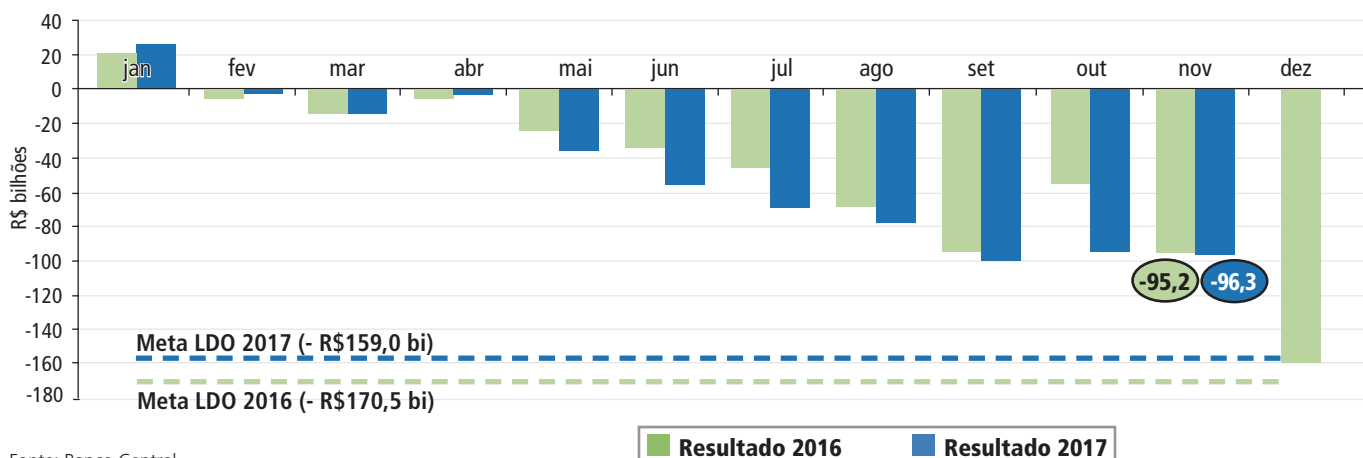
Em face do risco de descumprimento das metas fiscais originalmente fixadas, apontado em edições anteriores, o Poder Legislativo aprovou projeto que originou a Lei 13.480/2017, com vistas à ampliação das metas de déficit anual, conforme retratado no quadro acima.

Prospectivamente, destaca-se que, no âmbito do governo central (que abrange governo federal, INSS e Bacen, mas exclui as estatais federais), a mediana das projeções de mercado informadas pelo Prisma Fiscal, da Secretaria de Política Econômica do Ministério da Fazenda (edição de novembro), aponta para déficit de R\$ 156,7 bilhões em 2017. Tal resultado é muito próximo do limite da meta de déficit de R\$ 159,0 bilhões constante da Lei de Diretrizes Orçamentárias vigente.

O atual quadro fiscal revela que, mesmo com a entrada em vigor do Novo Regime Fiscal (Emenda Constitucional 95/2016), instituído com vistas à contenção de despesas e geração de resultados fiscais mais favoráveis, persiste o grave cenário de dificuldade de resgate do equilíbrio das contas públicas.

B. DESEMPENHO PRIMÁRIO DO GOVERNO CENTRAL (2016-2017)

Resultado primário acumulado do ano (2016 - 2017)



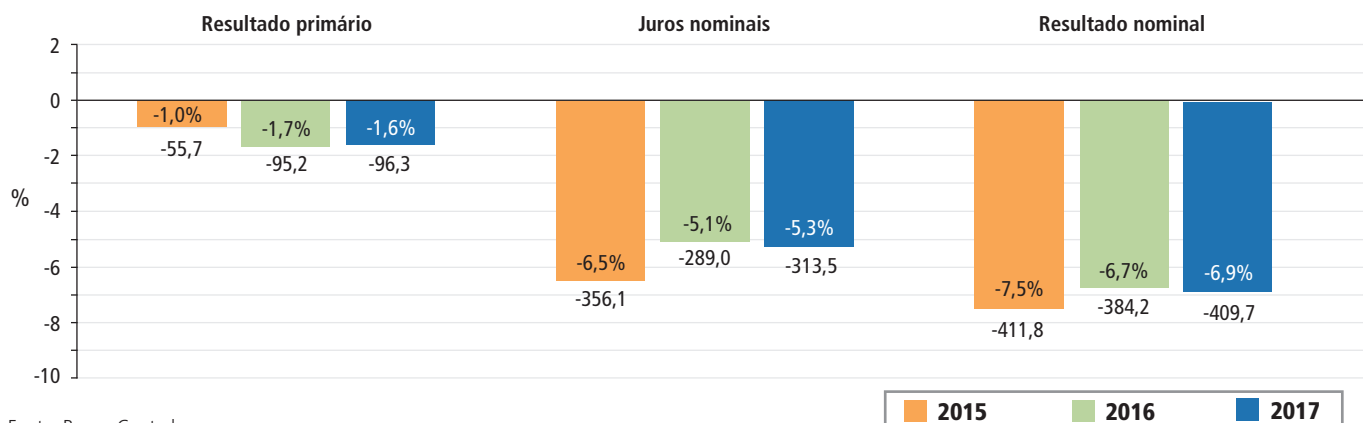
Fonte: Banco Central.

Em novembro de 2017, o governo central apresentou deficit primário de R\$ 0,4 bilhão, frente a deficit de R\$ 39,9 bilhões apurado no mesmo mês de 2016. No acu-

mulado do ano, o resultado foi deficitário em R\$ 96,3 bilhões (1,6% do PIB). No mesmo período de 2016, o deficit primário acumulado foi de R\$ 95,2 bilhões (1,7% do PIB).

C. RESULTADOS FISCAIS DO GOVERNO CENTRAL (2015-2017)

Resultados fiscais do governo central — Janeiro a Novembro (R\$ bilhões e % do PIB)



Fonte: Banco Central.

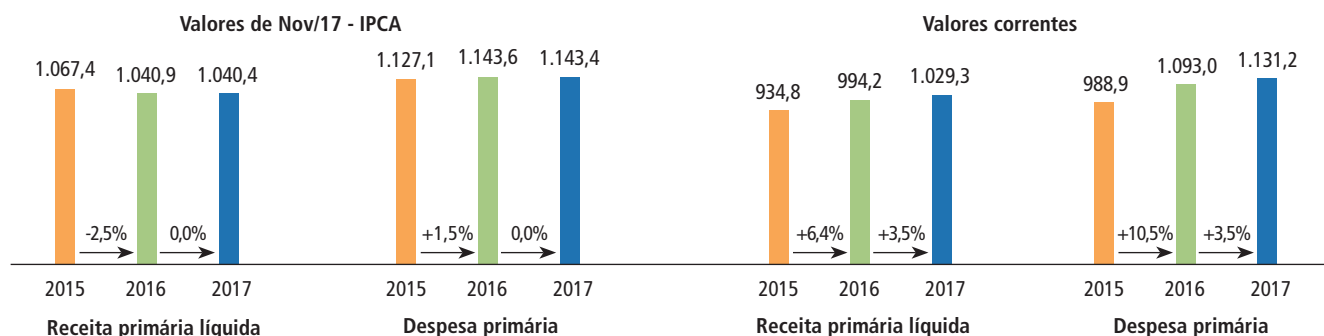
O resultado nominal do governo central até novembro de 2017 foi deficitário em R\$ 409,7 bilhões (6,9% do PIB). Em 2016, o deficit acumulado no mesmo período havia sido de R\$ 384,2 bilhões (6,7% do PIB).

Os juros nominais líquidos, apropriados por competência, alcançaram R\$ 313,5 bilhões (5,3% do PIB) até novembro deste ano, comparativamente aos R\$ 289,0 bilhões (5,1% do PIB) apurados no mesmo período do ano anterior.

Não obstante as últimas reduções da taxa básica de juros promovidas pelo Comitê de Política Monetária (Copom), atualmente no patamar de 7,0% a.a., as despesas reais com juros tendem a se manter elevadas ao longo do ano, tendo em vista a queda da inflação. Esse fato, somado à persistência do deficit primário e ao baixo crescimento econômico, mantém inalterado o preocupante cenário de crescimento do nível da dívida pública, conforme registrado no item F, ainda que a tendência de aumento da dívida tenha sido atenuada levemente.

D. RECEITAS E DESPESAS PRIMÁRIAS DO GOVERNO CENTRAL

Receitas e despesas primárias — Janeiro a Novembro (R\$ bilhões)



Fonte: Tesouro Nacional.

A receita primária líquida (receita primária total menos transferências obrigatórias aos demais entes) apresentou estabilidade no período de janeiro a novembro de 2017, relativamente ao mesmo período de 2016. Por sua vez, a despesa primária também manteve a mesma ordem de grandeza em relação ao ano anterior.

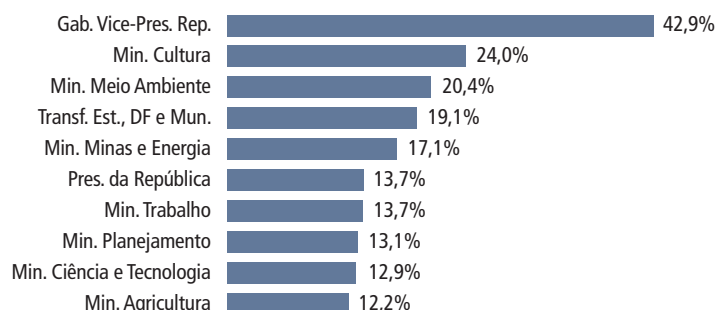
A preços de novembro de 2017, o resultado primário do Governo Central passou de um déficit de R\$ 39,5 bilhões em novembro de 2016 para um superávit de R\$ 1,3 bilhão no mesmo mês de 2017. Essa variação decorreu do expressivo crescimento da receita líquida em R\$ 30,1 bilhões (39,3% em relação a novembro de 2016) e da redução da despesa total em R\$ 10,8 bilhões (9,3%). O acréscimo mensal da receita relativamente a 2016 é explicado

basicamente pelo crescimento da arrecadação da COFINS (R\$ 22,8 bilhões) e da receita de concessões e permissões (R\$ 12,1 bilhões). A redução nas despesas é fruto de queda dos gastos discricionários (R\$ 4,4 bilhões) e de despesas com pessoal e encargos sociais (R\$ 3,5 bilhões).

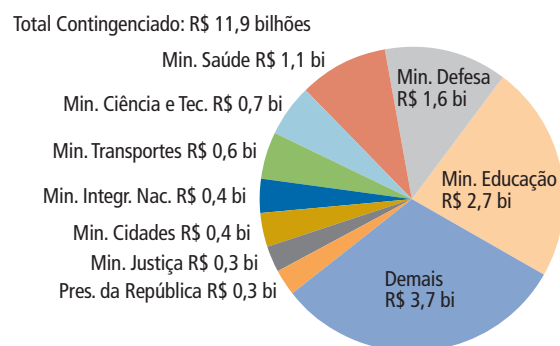
No acumulado do exercício, apesar de se verificar estabilidade na despesa total em relação ao ano anterior, ocorre grande contração dos gastos discricionários, de aproximadamente 13,8% em termos reais, equivalentes a R\$ 34,1 bilhões. O maior crescimento em relação a 2016 é verificado no item benefícios previdenciários, que cresceu 6,1% a preços de novembro de 2017, cerca de R\$ 28,9 bilhões.

E. CONTINGENCIAMENTO DE DESPESAS DISCRICIONÁRIAS

Contingenciamento por Órgão (% da dotação atual)



Contingenciamento por Órgão (R\$ bilhões)



Fonte: Decreto 8.961/2017, atualizado até o Decreto 9.248/2017, e Siga Brasil. Para as emendas individuais e as de bancada impositivas no Poder Executivo, foram utilizados os montantes de execução obrigatória, R\$ 8,52 bilhões e R\$ 4,26 bilhões respectivamente, já reduzidos em razão do ajuste decorrente da Receita Corrente Líquida (RCL) do ano anterior. Em ambos os casos, o percentual de contingenciamento foi de 12,1%.

Conforme Relatório de Avaliação de Receitas e Despesas Primárias Extemporâneo de dezembro de 2017, o Poder Executivo apurou a possibilidade de ampliar em R\$ 5,0 bilhões o limite de empenhos das despesas discricionárias da União. Essa ampliação de empenhos (descontingenciamento) decorre da elevação da estimativa de receitas

líquidas de transferências em R\$ 436,9 milhões e da redução de R\$ 4,5 bilhões na previsão de despesas primárias obrigatórias.

O crescimento da estimativa de receitas é devido tanto ao aumento da reestimativa da receita administrada pela

Receita Federal do Brasil de R\$ 4,2 bilhões, como também da arrecadação líquida do RGPS em R\$ 260,9 milhões. As receitas não-administradas apresentaram queda de R\$ 5,4 bilhões, compensadas pela redução nas transferências em R\$ 1,3 bilhão.

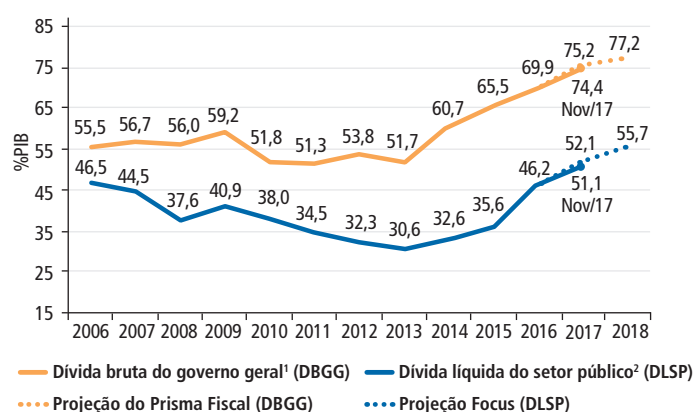
Pelo lado da despesa, as projeções mantiveram-se idênticas às do Relatório de avaliação do 5º bimestre, à exceção

de gastos com o Bolsa Família, que projetou uma redução de R\$ 50,0 milhões.

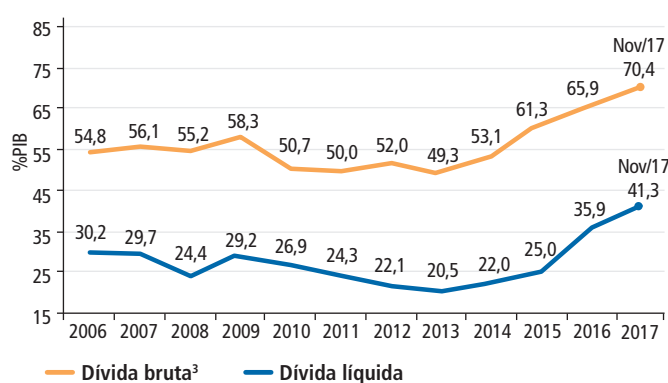
Editado o Decreto 9.248/2017, de 21/12/2017, encontram-se contingenciados R\$ 11,9 bilhões da dotação atualizada até o mês de dezembro, conforme detalhamento do gráfico, o que equivale a 8,5% das despesas discricionárias autorizadas do Poder Executivo, que correspondem a R\$ 141,1 bilhões.

F. ENDIVIDAMENTO DO SETOR PÚBLICO (% PIB)

Setor público consolidado - 2006 a nov/2017



Governo Federal - 2006 a nov/2017



Fonte: Banco Central, Prisma Fiscal de dezembro de 2017 e Relatório Focus de 29/12/2017. 1. A dívida bruta do governo geral abrange governos federal, estaduais e municipais e exclui Banco Central e empresas estatais. 2. A dívida líquida do setor público abrange governo geral, Banco Central e empresas estatais. 3. A dívida bruta do governo federal abrange: dívida mobiliária em mercado, operações compromissadas do Bacen, dívida bancária do governo federal, dívida assumida pela União em razão da Lei 8.727/93 e dívida externa do governo federal.

A dívida bruta do governo geral (DBGG) manteve-se estável em relação ao fim de outubro de 2017 em 74,4% do PIB (R\$ 4,9 trilhões). Os grandes componentes da DBGG são a dívida mobiliária do Tesouro Nacional, que correspondeu a 51,6% do PIB (R\$ 3,4 trilhões) em novembro, e as operações compromissadas do Banco Central, que representaram 17,4% do PIB (R\$ 1,1 trilhão). A dívida mobiliária federal interna totalizou R\$ 3,4 trilhões (51,7% do PIB) em novembro, registrando acréscimo de R\$ 60,6 bilhões em relação ao mês anterior. O resultado refletiu emissões líquidas de R\$ 34,5 bilhões, decréscimo de R\$ 0,1 bilhão em razão da apreciação cambial e incorporação de juros de R\$ 26,1 bilhões.

Os resultados fiscais do mês de novembro, comentados nos itens A a C, mantêm a tendência de alta do endividamento público. Segundo a mediana das expectativas contidas no Prisma Fiscal de dezembro, a DBGG deve alcançar 75,2% do PIB ao final deste ano e 77,2% do PIB ao término de 2018.

A dívida líquida do setor público (DLSP) totalizou R\$ 3,3 trilhões (51,1% do PIB) em novembro, com crescimento de aproximadamente 0,4 p.p. em relação ao mês anterior. No ano, a elevação de 4,9 p.p. na relação DLSP/PIB decorreu da incorporação de juros nominais (aumento de 5,6 p.p.), do deficit primário (aumento de 1,2 p.p.), do reconhecimento de dívidas (aumento de 0,1 p.p.), do efeito do crescimento do PIB nominal (redução de 1,8 p.p.) e do ajuste de paridade da cesta de moedas da dívida externa líquida (redução de 0,2 p.p.).

No que tange exclusivamente ao governo federal (que exclui Banco Central e empresas estatais), o endividamento bruto manteve-se praticamente estável em novembro de 2017 frente ao mês anterior e alcançou 70,4% do PIB (R\$ 4,6 trilhões). Por sua vez, a dívida líquida do governo federal cresceu 0,5 p.p. no período e registrou 41,3% do PIB (R\$ 2,7 trilhões).

ÓRGÃOS RESPONSÁVEIS

Consultoria de Orçamento e Fiscalização Financeira – Câmara dos Deputados
 Diretor: Ricardo Alberto Volpe
<http://www.camara.gov.br/internet/orcament/principal>
 Tel: (61) 3216-5100 | conof@camara.gov.br

Consultoria de Orçamentos, Fiscalização e Controle – Senado Federal
 Consultora-Geral: Ana Claudia C. S. Borges
<http://www.senado.gov.br/sf/orcamento>
 Tel: (61) 3303-3318 | monitor.fiscal@senado.leg.br

EQUIPE TÉCNICA

Antonio Carlos D’Ávila, Aritan Maia, Arthur Kronenberger, Bruno Rocha, Eduardo Rodriguez, Flávio Luz, Ingo Luger, Marcel Pereira, Paulo Bijos, Renan Milfont e Rafael de Fraia e Souza.

Formatação: Secretaria de Comunicação Social – Senado Federal | Impressão: Secretaria de Editoração e Publicações – Senado Federal